

PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA MILITARIZAÇÃO, DEFESA E SEGURANÇA: DESMISTIFICANDO ESTEREÓTIPOS.

*Giovanna Clapis**

Para melhor compreensão do mundo de maneira inclusiva e igualitária, é imprescindível observar as perspectivas de gênero que cercam as realidades diárias internacionais. Acredita-se que pontos de vista que ignoram as questões de gênero, desigualdades e opressões, tanto eles sendo de cunho político, social ou econômico, são pontos de vista rasos e irrealistas, que não contemplam fatos completos e verdadeiros. É possível fazer uma análise de gênero – ou “generizada”¹ – de praticamente tudo, seja da sociedade e das relações entre Estados, seja de políticas domésticas ou internacionais, seja das guerras e interesses econômicos. Desse modo, procura-se abordar, sucintamente, a generização no âmbito militar, nas questões de defesa nacional e de segurança, a partir de visões feministas que são conflitantes entre si, mas que podem ser, na verdade, complementares. Busca-se, ainda, compreender quais as melhores abordagens para a diminuição de tais inequidades e do avanço de “ideais feministas como a igualdade de gêneros, a paz e a justiça” (DUNCANSON & WOODWARD, 2016, p. 04, tradução minha). A partir deste apanhado geral, procura-se reafirmar a importância de questionamentos de cunho feminista e que se proponham a desconstruir papéis de gênero impostos pela sociedade e que enclausuram as mulheres a perspectivas engessadas e idealizadas de suas capacidades e sua “natureza”, especialmente nesse caso das Forças Armadas.

Postula-se, aqui, a definição de “gênero” a partir da abordagem de Susan Moller Okin (2008, p. 306), na qual “Gênero’ refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas”. Ou seja, para todos os efeitos, o gênero dividido em “masculino” e “feminino” é apenas uma construção social² que define e delimita papéis específicos aos indivíduos devido às suas diferenças sexuais, e cria estereótipos

1 Do inglês “gendered”, a tradução mais comum ao português encontrada foi “generizado”.

2 Ver também: Judith Butler em “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity” (1990), “Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex” (1993) e “Undoing Gender” (2004).

* Graduada em Relações Internacionais; INEST/UFF

em relação a esses “papéis masculinos” e “papéis femininos” – os quais a sociedade espera que se cumpram de maneira fluida e natural. Levando essa dicotomia a um viés teórico-político, os papéis de gênero socialmente construídos são separados nas chamadas “esfera pública” e “esfera privada”.

Nessa visada, a esfera pública é reservada aos homens, pois é socialmente aceito que essa esfera é o âmbito da política, da racionalidade, do debate, da guerra e da força, características associadas aos estereótipos de “masculinidade”. Nesta estaria inserida, também, a instituição das Forças Armadas. Já a esfera privada, também chamada de “pessoal”, é relacionada ao âmbito doméstico, à família, ao emocional, à natureza, à paz e ao não-político, características associadas aos estereótipos de “feminilidade” – e dessa forma é entendida e reservada às mulheres. Teoricamente, o liberalismo clássico percebe que ambas as esferas são irreconciliáveis e que a esfera privada deve ser mantida apartada da esfera pública – e as mulheres, como são “naturalmente” atadas à esfera privada, devido à capacidade da maternidade, e a noção automática de que são emotivas e de que devem cuidar do lar, também devem estar mais apartadas que os homens da vida pública.

É claro que as mulheres têm atingido patamares cada vez maiores e se inserido com sucesso na vida pública, e que diversas críticas feministas desconstruíram fortemente as noções de separação das esferas pública e privada. Carole Pateman (2013, p. 68) pontua que “os princípios liberais não podem simplesmente ser universalizados para que se estendam às mulheres na esfera pública sem levantar um problema agudo com relação à estrutura patriarcal da vida privada”, e as análises feministas passaram a denunciar essa desigualdade gerada pela dicotomia das esferas. Não bastava mais apenas inserir as mulheres no ambiente público de maneira semelhante aos homens, permitindo-lhes o voto ou o acesso à educação, a entrada na política de maneira meramente representativa, ou, no caso que observamos, nos setores militares; devido à essa desigualdade presente em seus âmbitos pessoais, elas jamais conseguiriam ter o mesmo tipo de inserção masculina e continuariam perseguidas por estereótipos de gênero.

Torna-se imprescindível, portanto, desconstruir toda a noção de generização da sociedade liberal vigente, e principalmente as noções de papéis de gênero que prendem a mulher à esfera privada, e as noções que prezam a relação de poder da “masculinidade” sobre a “feminilidade” e julgam qualquer coisa dita “feminina” como menos digna ou negativa. Ademais, as críticas feministas mais atuais se esforçaram para desmistificar o isolamento entre as esferas, e demonstrar, como relembra Cynthia Enloe sobre as feministas das últimas décadas (2014, p. 348, tradução minha), que “o pessoal é político” e vice-versa, e, mais recentemente, como colocou Enloe também, “o pessoal é internacional” e o “internacional é pessoal” (2014, pp. 350-351, tradução minha). Essas propostas abrem um leque imenso de observações sobre como as relações generizadas se dão do ambiente doméstico ao político e ao internacional – ampliando o escopo das relações de poder em um ambiente menor que chega até o internacional e a relação entre países – e fazendo o caminho inverso, como as relações internacionais afetam as políticas nacionais e o ambiente doméstico.

A partir dessas compreensões, passa-se a entender melhor como a questão dos papéis de gênero influem no acesso das mulheres a instituições tipicamente tidas como “masculi-

nas”, como é o caso do setor militar. Alguns debates entre teorias feministas acerca da participação de mulheres neste setor são levantados por Claire Duncanson e Rachel Woodward: primeiro, as posições feministas do “direito de lutar”, que partem de um ponto de vista de igualização entre homens e mulheres e acesso às instituições, argumentando que as mulheres têm potencial transformador para tornar o setor militar “mais democrático, menos hierárquico, mais compassivo e melhor adaptado ao mundo moderno”. Segundo, posições feministas “antimilitares”, que enfatizam que, mesmo que as mulheres participem das instituições militares, nunca chegam a se equiparar aos homens e seguem meros “símbolos”; ademais, estariam corroborando com uma instituição cujos objetivos são irreconciliáveis com os objetivos gerais do movimento feminista, e serve apenas para exercer a violência legítima dos Estados (2016, pp. 4-5, traduções minhas).

Duncan e Woodward questionam, então, as duas posições. A primeira falha em esperar que as mulheres se encaixem em padrões de gênero tidos como “masculinos”, sendo sempre subestimadas e nunca verdadeiramente iguais nesse processo, e sem gerar mudança sensível. A segunda falha por rechaçar profundamente a participação feminina no setor militar, e primar apenas por uma aproximação com alternativas “não-violentas” à guerra, o que pode gerar um reforço dos estereótipos “femininos” de mulheres como pacifistas e incapazes de violência. Dessa forma, retornamos à questão da desconstrução dos papéis de gênero. As autoras propõem que uma alternativa para ambas as posições divergentes seria, então, desconstruir totalmente as noções de papéis de gênero na sociedade, e que isto se traduza dentro do âmbito militar. Essa abordagem a partir do viés de gênero foi chamada de *gender mainstreaming*, e busca analisar como “estruturas ou instituições pré-existentes causam ou aprofundam desigualdades, e como redesenhá-las” (2016, p. 6, tradução minha). Contudo, afirma-se que mesmo essa abordagem tem se mostrado falha na tentativa de reverter a noção de papéis de gênero dentro das Forças Armadas, investida essa que muitas vezes recaiu sobre os problemas supracitados das outras duas abordagens (2016, pp. 9-10). No entanto, as autoras afirmam, ainda, que numa visada que contemple as três abordagens juntas de modo que todos os pontos em contra sejam sanados mutuamente umas pelas outras, um objetivo de “regenerização” torna-se possível, pois pode-se desestabilizar as noções pré-estabelecidas de papéis de gênero e de quem deve ou não performar atividades dentro do setor militar (2016, p. 12, tradução minha).

Por fim, parece simplista pensar que a equidade será atingida se se continua a esperar que as mulheres participem apenas de trabalhos administrativos, ou que tenham que se “masculinizar” para cumprir papéis generizados dentro desta instituição tradicionalmente tida como um âmbito apenas masculino, já que de outra forma é esperado que elas sejam não-conflituosas e precisem ser protegidas. Também é problemático compreender o setor militar apenas como ferramenta do poder violento do Estado e não buscar ressignificá-lo como algo gênero-consciente tanto em operações de paz quanto no advento da guerra, e que possa ser de fato útil e “mais humano” em momentos de conflito ou para a proteção, defesa e segurança nacional. Também é muito ingênuo esperar que o setor militar vá ser ignorado ou desaparecer em um futuro próximo, afinal é uma área muito rentável, e muitas das relações entre países ainda se dão de maneira conflituosa; o entendimento geral é o de que as Forças

Armadas servem como mecanismo de coerção e dissuasão dos Estados e são o ápice da defesa e da segurança concreta das nações. Há que reconhecer que as Forças Armadas são uma instituição que existe e existirá por muito tempo, e, portanto, é indispensável reanalisar e reavaliar onde estão as falhas e os logros de tal instituição partindo sempre de perspectivas de gênero e buscando compreender como as mulheres, inseridas aí, têm ganhado terreno e notado alguma diferença real e benéfica nessas tentativas de desconstrução. É necessário destruir as noções de que as mulheres são “naturalmente” pacíficas e incapazes de violência, para que essa visão masculinista que paira sobre as Forças Armadas seja desmistificada e a desigualdade seja, de fato, superada – e, principalmente, que os ideais feministas de igualdade, paz e justiça sejam reforçados com a ressignificação desse setor.

Referências Bibliográficas:

DUNCANSON, C. & WOODWARD, R. **Regendering the military: Theorizing women's military participation**. In.: Security Dialogue, Vol. 47(I) 3-21, 2016.

ENLOE, Cynthia H. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Los Angeles: University of California Press, 2014.

OKIN, Susan M. **Gênero, o público e o privado**. In.: Revista Estudos Feministas; Florianópolis: UFSC, 2008.

PATEMAN, C. **Críticas feministas à dicotomia público/privado**. In.: Teoria política feminista: textos centrais; org. Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli; Niterói: Eduff, 2013.

ONU. **“United Nation's Security Council Resolution 1325”**. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/#resolution>. Acesso em 11 de maio de 2017.